

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO, AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, AO ILMO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DR. ERIC RODRIGO PETTENAN

Ref. Tomada de Preços nº 006/2022

A licitante **GMN EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrita no C.N.P.J. nº 11.264.133/0001-91, com sede na Rua Rio Grande do Sul, nº 834 B-1, Centro da cidade e comarca de Pontes e Lacerda no Estado de Mato Grosso, CEP 78.250-00, através de seu procurador devidamente vinculado nos autos administrativos em epígrafe o Dr. Gustavo Vieira do Nascimento de Lima, advogado OAB/MT 29846/O, CPF/MF 026.743.101-54, com endereço profissional na Avenida Américo Mazette, nº 201, bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade e Comarca de Pontes e Lacerda no Estado de Mato Grosso, CEP 78.250-000, e-mail [gustavo.vieira.adv@hotmail.com](mailto:gustavo.vieira.adv@hotmail.com), Telefone 65 999284002, comparece perante esta egrégia Comissão Permanente de Licitação para apresentar:

### IMPUGNAÇÃO A RECURSO ADMINISTRATIVO

Com fulcro no Item 10.4 do edital em epígrafe que prevê a abertura de prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de impugnação a recurso proposto nos termos do Item 10. DOS RECURSOS.

Verificamos que a empresa devidamente inabilitada no presente processo JHM CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ 18.923.430/0001-40, propôs recurso administrativo no intuito de reverter justa e acertada decisão técnica e administrativa sob a avaliação de sua capacidade técnica não atender OBJETIVAMENTE os requisitos expressos na letra F.2) do item 3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do Anexo I do presente edital convocatório;

Ocorre que o instrumento ofertado não pode ser apreciado por inexistência de matéria de mérito administrativo, uma vez que sobre a decisão proposta expressa claramente os ditames legais e obrigacionais consignados a todos os participantes sem manifestação ou impugnação prévia de seu regramento;

De forma clara e objetiva o Edital em tela, trouxe a seguinte regra a ser atendida pelos licitantes, que ao não impugnarem seus termos tempestivamente validaram e submeteram a indispensabilidade ao atender seus termos, assim coadunamos os seguinte itens que colaboram e valorizam a decisão proferida pela CPL, vejam:

### 3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

b) Indicação do Responsável Técnico, declarando que o **profissional indicado** se compromete em acompanhar e estará disponível para a execução completa do objeto licitado, assinada pelo representante legal da empresa, nos termos do Anexo X;

[...]

d) Comprovação de vínculo do **profissional indicado** como Responsável Técnico, podendo ser feita através da apresentação de:

[...]

f.2) Qualificação técnico-profissional: Apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado

no CREA/CAU e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA/CAU, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado, integrante do quadro da licitante, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de obra/serviço de características iguais ou semelhantes ao objeto da licitação, as quais não precisam constar simultaneamente do mesmo atestado. **A empresa licitante poderá apresentar quantos atestados julgar necessário, desde que de profissionais pertencentes ao seu quadro permanente e que comprovem o seu vínculo com a empresa nos termos da alínea “d”;**

Nobres julgadores ao proferir a decisão de inabilitação da empresa, considerou que o profissional indicado conforme a alínea “d” fora o engenheiro civil o Sr. Allam Pereira de Moura conforme declaração juntada aos autos na páginas **000567** o mesmo constante em todas as certidões que denotam a responsabilidade técnica, que podem ser verificadas às páginas **000566 e 000568**;

Ocorre que o responsável técnico indicado e devidamente vinculado na responsabilidade técnica **NÃO APRESENTOU** nenhum documento capaz de atender aos requisitos expressos na alínea “f.2”, ou seja, o responsável técnico indicado e pertencente ao seu quadro técnico não pode comprovar HABILITAÇÃO TÉCNICA em características IGUAIS ou SEMELHANTES ao objeto lícitado;

De toda sorte sob os documentos ofertados o único com registro de atestado do profissional indicado foi a CAT de nº 201064 (fls 000580 – 000581), mas que não atende aos requisitos por dois motivos muito claros:

1. Ser referente a execução de objeto completamente divergente do item lícitado tanto em características não demonstra complexidade nem quantidades nem próximas;
2. Não haver juntado o respectivo atestado a com registro conforme requisito de validação;

Tanto é que em seu próprio recurso a recorrente concorda com a desconsideração deste documento conforme item 10. quando menciona:

*10. A Recorrente não fará objeção à supracitada conclusão, ainda que a experiência de seu responsável técnico em pavimentação em lajotas não merecesse ser menosprezada.*

Pondo fim a qualquer dúvida referente a incompatibilidade, em concordância expressa a decisão ora proferida, logo não é objeto de contestação.

Por seu turno, no item 16. Do recurso o recorrente alega que a presente comissão não deveria ter rejeitado a CAT 264792 (fls. 000582 a 000585), quando manifesta pelo seguinte:

*Sendo assim, conclui-se que a CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT) Nº 264792 não poderia ter sido desprezada, pois foi emitida pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO (CREA/MT) e demonstra de forma oficial, legítima e confiável que o profissional Allam Pereira de Moura, ENGENHEIRO CIVIL e ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, possui experiência na execução de diversas obras cuja complexidade se sobrepõe ou, quando menos, se iguala à complexidade do objeto lícitado.*

Ora vejam, mais uma vez imprimem profundo desrespeito aos termos previstos no edital convocatório, vez que o documento supramencionado:

1. Não possui registro de atestado muito menos traz atestado com respectivo registro;
2. Objeto novamente completamente incompatível com o objeto da licitação;

Neste sentido Impugnamos veementemente tal manifestação pois a mesma fere a ordem processual, assim como desrespeita a instrução processual e a legitimidade dos documentos juntados, se maneira que sua aceitação teria o terrível efeito de proporcionar vantagem indevida ao aceitar documento que diverge do que realmente requer;

Em sequência nos item 18. á 21. no recurso proposto o recorrente busca ancorar-se na suposta vantajosidade a para superar a carência de qualificação técnica, fato que não pode prosperar pois o processo precisa respeitar todas as fazes e neste caso uma empresa que NÃO SE HABILITA mesmo que oferte melhor preço sem demonstrar cabalmente que se habilita a execução, poderá comprometer a execução do objeto ofertado;

A seguir o raciocínio imposto pelo recorrente nestas linhas deveria o gestor municipal incinerar as cláusulas do edital para franquear o acesso de sua proposta, desconsiderando para tanto os esforços e a comprovação exata dos demais participantes;

De maneira muito mais simples seria o gestor público ao gerir os recursos da ordem de R\$ 2.258.093,11 (dois milhões duzentos e cinquenta e oito mil noventa e três reais e onze centavos, em gestão do convenio vinculado, desconsiderar a razoabilidade e prudência e a legalidade, abrindo mão da habilitação e julgar apenas as propostas ofertadas;

Fato supra que colocaria em risco o erário público podendo incorrer o gestor em diversas violações inclusive em desprestígio a legalidade e probidade dos atos públicos;

Em sua EXTENSA tese recursal, o recorrente busca burlar a fase de HABILITAÇÃO DO CERTAME, ao buscar dizer que a realização de “simples” diligencia seria algo capaz de sanar a ausência do requisito de habilitação, pervertendo a moral e a legalidade processual expressamente consignada a todos, ora vejam o que disseram no item 40 da peça recursal:

*40. O que significa dizer que mesmo se houvesse alguma dúvida em relação à capacidade técnica da Recorrente, antes de decidir pela habilitação, dever-se-ia ter promovido a diligência prevista pelo edital da seguinte forma:*

7.20 A Comissão Permanente de Licitação poderá realizar diligências, bem como solicitar dos licitantes qualquer informações ou esclarecimentos complementares, a fim de permitir a formação de melhor juízo sobre o objeto desta licitação, suas especificações, características, etc., desde que deste fato não resulte inovação da proposta nem a inserção de documentos que originalmente deveriam ter sido apresentados.

17.6 A Comissão Permanente de Licitação e/ou a autoridade superior, na forma do disposto no parágrafo 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, se reserva ao direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação.

Senhores o recorrente se omitiu, pois, deixou de declarar que foram realizadas diligencias inclusive com a área técnica, inclusive com suspensão temporária da sessão para diligenciar e averiguar o mérito das demandas de arguidas sob a habilitação, prova incontestes são dos registros em mídia devidamente disponibilizados perlo órgão julgador em que após extenso diálogo sobre as questões em tela no tempo 1:37:47 (uma hora trinta e sete minutos e quarenta e sete segundos) da segunda parte da sessão, suspende temporariamente o processo momento em que os membros da CPL em conjuntos com a FISCAL e técnica responsável pela CONTRATANTE, fazem diligencia sobre o tema até chegarem a decisão acertada de DESCLASSIFICA A RECORRENTE, disponível em [link: https://www.youtube.com/watch?v=X\\_he079fQII&t=9925s](https://www.youtube.com/watch?v=X_he079fQII&t=9925s).

Transparente, claro e documentado, demonstra-se a extensa diligencia realizada para comprovar que de fato a recorrente não comprava os requisitos de qualificação técnica conforme preconizou o instrumento convocatório;

Fato igualmente declarado no item 8. Quando o próprio recorrente denota que quem declarou a Inabilitação foi a responsável técnica em diligencia que ao verificar prontamente as informações ofertadas constatou que de fato a ofertante não detinha e não apresentava os requisitos exigidos no edital convocatório “8. *Consoante exposto alhures, a Recorrente foi inabilitada porque, de acordo com a Ilma. Arquiteta, Sra. Cyntia Vieira Souto, a Recorrente teria descumprido as seguintes regras trazidas pelo Anexo I do edital:*”

Logo, não há que dizer sob ausência de diligencia, visto que foram horas dedicadas a analisar o tema ainda no curso da sessão, neste sentido fica evidenciado que não negligenciou a CPL como tenta induzir a recorrente, ao contrária comissão julgadora estudou, buscou e revisou todos as propostas, tomando justa decisão verificado os termos do edital convocatório;

A recorrente ainda de maneira descabida alega que houve afronta ao edital convocatório observado o item 23. A 25 de suas razões, colocando em dúvida o caráter e o julgamento realizado por esta nobre comissão julgadora, não trazendo objetivamente os elementos indispensáveis a comprovação desta violação;

Destaca-se que ao contrário que se apregoou, não houve vícios na decisão exarada, muito menos se provou tal vício, de maneira que meras alegações e juntada de jurisprudência desconexas a realidade dos fatos, não podem e não devem criar caminho **alheio** as regras legalmente impostas, pelo próprio instrumento convocatório;

Além do mais, deve a recorrente se submeter a seus próprios termos, dispensando aqui nova fundamentação sob a importância da vinculação as regras do edital convocatório trago pela própria recorrente, regramento este que deve ser observado por todos **INCLUSIVE PELO VIOLADOR DA ORDEM QUE NÃO APRESENTOU TODOS OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;**

Mesmo que a recorrente tenha contratos com a administração pública contratante, como alega no item 20. Do recurso, este fato não colabora muito menos SUBSTITUI o documento não apresentado no presente certame, observa-se mais uma vez a tentativa de conduzir o órgão ao erro e violar suas normas para este processo aquisitivo;

Salutar informar quer as condições de habilitação de uma empresa se alteram com seu funcionamento e sua realidade, nesta ordem é cabal informa inclusive, que a recorrente foi INABILITADA igualmente na Concorrência 01/2022, condição que se alterou para o processo em tela no qual foram verificados outros vícios insanáveis ao processo;

Nesta ordem, manifestamos como interessados em manutenção da ordem processual, para que mantenha decisão proferida, vez que os fatos expostos no recurso não colaboram para alteração das norma previamente expostas no edital convocatório;

De maneira se caso houvesse insatisfação com as normas propostas, poderia a recorrente dentro do prazo legal instituído pedir em sede de impugnação requerer a modificação, após a subordinação aos termos do edital não se pode modificar a norma, nem modificar a regra proposta sem que isto viole toda ordem processual e legal;

Pelos fatos acima expostos, constituímos contrarrazões ao recurso ofertado, para que este não tenha efeito modificador da decisão proferida pela CPL, que espelha melhor forma de direito julgada sob o fato

concreto após amplo diálogo e diligências, não havendo violação nem formal muito menos material da ordem processual, assim pedimos:

- 1. ACOLHER E JULGAR PELA IMPUGNAÇÃO DO RECURSO OFERTADO PELA EMPRESA JHM CONSTRUTORA EIRELI;**
- 2. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE CONSTATOU O NÃO ATENDIMENTO AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO;**
- 3. CASO TENHA HAVIDO DEISTENCIA DE RECURSO DAS OUTRAS PARTES, QUE SE POSSA ENCERRAR A FASE DE CONTRARRAZÕES PARA JULGAMENTO DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÃO PROPOSTA SOB O PRISMA DO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, VISTO QUE NÃO SE JUSTIFICARIA A MANUTENÇÃO DO PRAZO LEGAL NESTE CASO.**

Pontes e Lacerda MT, 07 de julho de 2022;

Assinado digitalmente por:  
GUSTAVO VIEIRA DO NASCIMENTODE LIMA  
CPF: 026.743.101-54  
Certificado emitido por AC VALID BRASIL v5  
Advogado OAB/MT 29846/O  
Data: 07/07/2022 21:29:33 -04:00

**GMN EMPREENDIMENTOS EIRELI**  
C.N.P.J. nº 11.264.133/0001-91



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: XQTEP-SFPDK-JGXNG-RCYAE

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ GUSTAVO VIEIRA DO NASCIMENTODE LIMA - Advogado OAB/MT 29846/O (CPF 026.743.101-54) em 07/07/2022 22:29 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/XQTEP-SFPDK-JGXNG-RCYAE>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>